

Aviso (extrato) n.º 993/2016

Em cumprimento do estabelecido na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, cessaram a relação jurídica de emprego público com o Instituto Nacional de Estatística, I. P., na data indicada, os seguintes trabalhadores:

Abdul Rahmane Raichande, Técnico Adjunto de Estatística com o nível salarial 11 da tabela de remunerações do INE, I. P., em 01 de janeiro de 2015;

Daniel Augusto Esteves Páscoa Fernandes, Técnico Superior de Estatística com o nível salarial 11 da tabela de remunerações do INE, I. P., em 12 de janeiro de 2015;

Ana Margarida Simas Marques Colaço, Técnica Superior de Estatística integrada entre o nível 18 e 19 da tabela remuneratória única, em 12 de janeiro de 2015;

Marisa de Jesus Lay Wa Chinak, Técnica Superior de Estatística com o nível salarial 10 da tabela de remunerações do INE, I. P., em 12 de janeiro de 2015;

Rita Nobre Santos Lobão Rasquilha, Técnica Superior de Estatística com o nível salarial 10 da tabela de remunerações do INE, I. P., em 12 de janeiro de 2015;

Daniela Gonçalves Félix de Oliveira, Técnica Superior de Estatística com o nível salarial 10 da tabela de remunerações do INE, I. P., em 12 de janeiro de 2015;

Teresa Maria Fazenda Risco, Técnica Superior de Estatística com o nível salarial 13 da tabela de remunerações do INE, I. P., em 15 de janeiro de 2015;

Catarina Jorge Fernandes, Técnica Superior de Estatística integrada no nível 15 da tabela remuneratória única, em 15 de janeiro de 2015;

Sara Isabel Ferreira Mendes, Técnica Superior de Estatística integrada no nível 15 da tabela remuneratória única, em 17 de abril de 2015;

Rita Cristina Pinto de Sousa, Técnica Superior de Informática com o nível salarial 12 da tabela de remunerações do INE, I. P., em 19 de abril de 2015;

Maria João Molina Vicente, Técnica Superior integrada no nível 15 da tabela remuneratória única, em 01 de junho de 2015.

2016.01.18. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Alda de Caetano Carvalho*.

209280368

Despacho n.º 1399/2016

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, prevê no artigo 23.º a renovação da comissão de serviço dos titulares dos cargos de direção intermédia;

Considerando que o licenciado Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira corresponde ao perfil pretendido para continuar as atribuições e objetivos do Departamento de Recolha de Informação do INE, I. P., e que o mesmo detém as características especificamente adequadas ao exercício do cargo de diretor de serviços, cargo de direção intermédia do 2.º grau;

O Conselho Diretivo deliberou em 30 de dezembro de 2015 renovar a comissão de serviço do Diretor do Serviço de Inquéritos por Auto-preenchimento do Departamento de Recolha de Informação do INE, I. P., licenciado Almiro Miguel dos Santos Rodrigues Moreira, a partir de 01 janeiro de 2016.

2016.01.18. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Alda de Caetano Carvalho*.

209277614

Despacho n.º 1400/2016

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, prevê no artigo 23.º a renovação da comissão de serviço dos titulares dos cargos de direção intermédia;

Considerando que a licenciada Tânia Rita Jacob Gonçalves Correia corresponde ao perfil pretendido para continuar as atribuições e objetivos do Departamento de Recolha de Informação do INE, I. P., e que a mesma detém as características especificamente adequadas ao exercício do cargo de diretora de núcleo, cargo de direção intermédia do 2.º grau;

O Conselho Diretivo deliberou em 30 de dezembro de 2015 renovar a comissão de serviço da Diretora do Núcleo de Recolha de Lisboa 3 do Departamento de Recolha de Informação do INE, I. P., licenciada Tânia Rita Jacob Gonçalves Correia, a partir de 01 janeiro de 2016.

2016.01.18. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Alda de Caetano Carvalho*.

209278579

Despacho n.º 1401/2016

Considerando que a Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro, prevê no artigo 23.º

a renovação da comissão de serviço dos titulares dos cargos de direção intermédia;

Considerando que a licenciada Vera Lúcia Gonçalves Parrado Morais corresponde ao perfil pretendido para continuar as atribuições e objetivos do Departamento de Recolha de Informação do INE, I. P., e que a mesma detém as características especificamente adequadas ao exercício do cargo de diretora de núcleo, cargo de direção intermédia do 2.º grau;

O Conselho Diretivo deliberou em 30 de dezembro de 2015 renovar a comissão de serviço da Diretora do Núcleo de Recolha de Lisboa 1 do Departamento de Recolha de Informação do INE, I. P., licenciada Vera Lúcia Gonçalves Parrado Morais, a partir de 01 janeiro de 2016.

2016.01.18. — A Presidente do Conselho Diretivo, *Alda de Caetano Carvalho*.

209278627

NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**Secretaria-Geral****Aviso (extrato) n.º 994/2016**

1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º, conjugado com o n.º 3 alínea *d*) do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, os candidatos admitidos ao procedimento concursal comum de recrutamento de um posto de trabalho da carreira e categoria de técnico superior para desempenho de funções na Direção de Serviços de Administração e Proteção Consulares da Direção Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, aberto pelo Aviso n.º 11250/2015, publicado no *Diário da República* n.º 194, 2.ª série, de 5 de outubro de 2015, ficam por este meio convocados para a realização do método de seleção, Prova de Conhecimentos, que terá lugar no dia 17 de fevereiro de 2016, pelas 10h 30 m, nas instalações do MNE, no Palácio das Necessidades, Largo do Rilvas, em Lisboa.

2 — Mais se informa que a Prova de Conhecimentos assumirá a forma escrita e terá uma duração máxima de noventa minutos, sendo permitida a consulta de legislação prevista no aviso de abertura de concurso, desde que não anotada.

Informa-se ainda que a lista de candidatos admitidos se encontra disponível na página eletrónica do MNE <http://www.portugal.gov.pt/pt/ministerios/mne/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/avisos-sobre-procedimentos-concursais/avisos-sobre-procedimentos-concursais.aspx>

3 — A fim de dar cumprimento ao n.º 6 do artigo 31.º, conjugado com o n.º 3 alínea *d*) do artigo 30.º da Portaria n.º 83-A/2009, informam-se os candidatos excluídos, cuja lista se encontra igualmente disponível na página eletrónica do MNE, da respetiva exclusão ao procedimento concursal, podendo deste ato ser interposto recurso hierárquico ou tutelar, nos termos do n.º 1 do artigo 39.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril.

14 de janeiro de 2016. — A Diretora Adjunta do Departamento Geral de Administração, *Maria da Luz Andrade*.

209279494

Aviso n.º 995/2016

Procedimento concursal comum de recrutamento para o preenchimento de um posto de trabalho da carreira/categoria de assistente técnico, conforme caraterização no mapa de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

1 — Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 30.º e no artigo 33.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugados com o artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, na redação introduzida pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, torna-se público que, por despacho da Secretária-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, de 14 de janeiro de 2016, se encontra aberto procedimento concursal comum, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicitação no *Diário da República*, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho para a carreira/categoria de assistente técnico, na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, do mapa de pessoal do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2 — Para os efeitos do estipulado nos n.ºs 1 e 3 do artigo 4.º e do artigo 54.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e repu-